**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA
CÍVEL DA COMARCA DE TRÊS RIOS/RJ**

RECUPERAÇÃO JUDICIAL

PROCESSO Nº 0002517-85.2017.8.19.0063

**TRANS SISTEMAS DE TRANSPORTES LTDA. (EM
RECUPERAÇÃO JUDICIAL)**, já qualificada nos da sua **RECUPERAÇÃO
JUDICIAL**, vem à presença de V. Exa., por meio de seus advogados abaixo
assinados, expor e requerer o quanto segue:

I

Primeiramente, a Recuperanda informa que **CONCORDA INTEGRALMENTE** com a proposta de honorários apresentada pelo Administradora Judicial às fls. 232/236, **CONCORDANDO**, também, com a forma de pagamento progressivo crescente estipulada.

Isto posto, pugna a Recuperanda para que seja homologada por este D. Juízo a proposta de honorários de fls. 232/236.

II

Em prosseguimento, é certo que a presente recuperação judicial foi proposta em 17/03/2017, com o seu processamento deferido mediante decisão de fls. 157/159.

Assim, em observância aos artigos 49 e 59 da Lei n.º 11.101/05 ("LFRE"), deverão todos os créditos anteriores à recuperação judicial serem sujeitos aos seus efeitos, bem como a aprovação do Plano de Recuperação Judicial ("Plano"), que será oportunamente apresentado, fará a novação das obrigações anteriormente existentes.

Ocorre que, em consulta realizada junto ao SERASA (doc. 1), bem como aos Tabelionatos de Títulos (doc. 2), foram identificados diversos apontamento e protestos de créditos constituídos em data anterior ao pedido de recuperação judicial e que, portanto, são sujeitos aos seus efeitos, e serão novados com a aprovação do Plano.

Por conta disto, a Recuperanda esta enfrentando sérias dificuldades para a celebração de novos contratos, principalmente a contratação com o poder público (seu maior cliente), em razão dos apontamentos nos cadastros de inadimplentes e dos protestos, originários de créditos sujeitos à presente recuperação judicial – e que serão pagas exclusivamente na forma do Plano.

Ou seja, a manutenção dos protestos dos títulos poderá inviabilizar a manutenção das atividades da Recuperanda e seu efetivo soerguimento. Isto porque os protestos são de conhecimento *erga omnes* e provocam uma imagem negativa da Recuperanda perante a sociedade como

um todo, comprometendo sua atividade comercial e por reflexo, o próprio soerguimento da empresa e cumprimento do Plano.

Nesse passo, à luz do principio da preservação da empresa consolidado no artigo 47 da LFRE e prestigiando o principio da função social da empresa, necessário que tais cadastros sejam devidamente baixados.

Constata-se, indubitavelmente, que a Recuperanda se encontra em pleno processo de reestruturação e que esse procedimento deve ser respeitado, de modo que a sua crise econômico-financeira possa ser superada.

Nota-se, outrossim, que na remota hipótese de não ocorrer a aprovação do Plano e a novação dos créditos, prejuízo algum haverá aos credores em relação a suspensão dos protestos, pois, a eventual decretação de falência sujeitaria todos os créditos aos seus feitos e a mera inscrição do débito no cadastro de inadimplentes pouco importará!

Ora Excelência, a manutenção dos apontamentos e dos protestos somente cria um ônus demasiado para a Recuperanda que, uma vez em Recuperação Judicial, está legalmente impedidas de efetuarem o pagamento de qualquer dívida sujeita aos efeitos!

Nesse sentido, é ilógico acreditar que não se pode pagar uma dívida por determinação legal e, da mesma forma, não se pode requerer a suspensão dos apontamentos e protestos relativos à estes inadimplementos.

Diante do exposto, é a presente para requerer a expedição de ofício ao SERASA (doc. 01), bem como aos Tabelionatos constantes no doc. 02, com urgência, a fim de que sejam cancelados os apontamentos e protestos identificados em titularidade da Recuperanda, exclusivamente para as obrigações anteriores ao pedido de recuperação judicial, ocorrido em

17/03/2017, uma vez que os créditos em questão são sujeitos aos efeitos da Recuperação Judicial, e serão adimplidos nos termos do plano de recuperação judicial.

Termos em que,
Pedem deferimento.
São Paulo, 25 de setembro de 2017.

CARLOS ROBERTO DENESZCZUK ANTÔNIO

OAB/SP nº 146.360

PAULO LUIZ MARCONI JUNIOR

OAB/SP nº 270.278